

11 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

31 de julho a 03 de agosto de 2018 – Curitiba

Área Temática – Comportamento Político

A falta do escudo popular e os seus determinantes no Impeachment da Presidente Dilma

Luciana Fernandes Veiga (UNIRIO)

Resumo:

O objetivo é analisar quais as bases da aprovação do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff na opinião pública a partir de uma pesquisa de opinião realizada sete meses após a sua efetivação, pelo LAPOP, em 2007. Nosso objetivo é identificar o perfil do indivíduo que foi favorável ao impeachment e os motivos pelos quais ele aprovou a destituição da Presidente eleita em 2014. Nosso diálogo central é com o modelo analítico de processos de impeachment na América Latina proposto por Perez-Liñan (2007, 2017). Buscaremos estabelecer *a equivalência de alguns indicadores de contexto trabalhados por esse autor no nível individual*. Traremos como variáveis explicativas para a perda do escudo popular pela Presidente Dilma: Avaliação da economia (sociotrópica), percepção sobre a extensão da corrupção política, antipetismo, voto para presidente em 2014, confiança nos meios de comunicação. Foram os mais satisfeitos com a economia em abril de 2017, os antipetistas, os que votaram em Aécio (especialmente) e em Marina, e os que confiavam nos meios de comunicação, que retiraram apoio ao escudo popular da presidente. A percepção da extensão da corrupção não foi significativa, exceção quanto tal variável aparece em interação com o antipetismo.

Palavras-chaves: Impeachment, corrupção, voto econômico.

Introdução e desenho de pesquisa

Passados quase dois anos da interrupção do mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República, muitas questões ainda não foram respondidas a respeito do impeachment. Discussões em torno da natureza jurídico-política do processo, se foi constitucional ou um golpe parlamentar, têm sido a tônica principal do debate político.

Outros estudos, porém, têm se concentrado nas possíveis causas de tal processo: Singer problematizou os aspectos mais estruturais relacionados às classes sociais, aos seus interesses e padrões de organização (Singer, 2018), sendo o impeachment interpretado como uma reação de frações da burguesia ao “ensaio desenvolvimentista” de Dilma. Já Amorim (2016) analisou o impeachment como resultante da conjugação de fatores institucionais (presidencialismo de coalizão, fragmentação partidária, rigidez orçamentária) e conjunturais (personalidade da presidente, fragilidade da coalizão), que, combinados, criaram as condições políticas que culminaram na destituição da Presidente. Temos também trabalhos como o de Limongi (2016), no qual papel explicativo central é atribuído às estratégias dos atores políticos, especialmente, de Eduardo Cunha, à época Presidente da Câmara dos Deputados.

Não temos aqui a pretensão de produzir mais uma interpretação do referido processo, mas analisar quais as bases de sua aprovação na opinião pública a partir de uma pesquisa realizada sete meses após a sua efetivação. Nesse sentido, mais do que responder ao “por que ele aconteceu?”, nosso objetivo é identificar o perfil do indivíduo que foi favorável ao impeachment e os motivos pelos quais ele aprovou a destituição da Presidenta eleita em 2014

Nosso diálogo central é com o modelo analítico de processos de impeachment na América Latina proposto no livro de Perez-Liñan (2007), no qual estes fenômenos são entendidos como mecanismos de recall em sistemas presidencialistas, os quais são utilizados quando existe a conjugação de grandes fatores: **crise econômica, falta de apoio legislativo (falta de escudo legislativo), escândalos midiáticos, envolvendo denúncias de corrupção, e mobilização popular**. As mobilizações a favor do impeachment tendem a encorajar os parlamentares a votarem pelo processo contra o Presidente. Mais recentemente, o autor avançou um pouco mais ao tratar do clima de opinião apresentando a concepção de “escudo popular do presidente”, definido como “o setor ou grupo da população que está disposto a respaldar o presidente mesmo em situações que existam escândalos de corrupção ou então que membros do Congresso queiram iniciar um juízo político contra o governo. Este escudo popular é muito mais forte em períodos que há crescimento econômico e a população está satisfeita com o governo. Por outro lado, o escudo popular se debilita muito em períodos de recessão econômica e inflação” (2017, p. 108-109).

Como pode ser percebido pelas variáveis mobilizadas pelo autor, seu modelo está fundamentalmente concentrado na interpretação dos condicionantes contextuais do impeachment. Dialogando com seu trabalho, buscaremos, aqui, sobretudo, estabelecer *a equivalência de alguns indicadores de contexto para o nível individual*. Por exemplo, uma das condições que o autor identifica como necessária para que haja

o processo de impeachment é a existência de crise econômica. Nos interessa saber então se, no plano das atitudes, os indivíduos que percebem negativamente a situação econômica do país são mais propensos a apoiar o impeachment.

Em poucas palavras, segundo Liñan (2017) para que o impeachment aconteça é preciso haver a perda do escudo popular e do escudo parlamentar. Como o nosso foco é na primeira barreira (escudo popular), investigaremos as bases atitudinais do suporte para o impeachment na opinião pública.

Considerando a pretendida articulação (e equivalência) com o modelo de Perez Liñan (2007; 2017), cabe primeiramente identificar quais aspectos contextuais impactam no escudo popular, segundo aquele autor:

a) O resultado da eleição. Presidentes que saem de uma disputa muito acirradamente dividida já entram no mandato com escudo popular reduzido, com forte oposição.

b) Situação da economia. Presidentes que enfrentam crise econômica, que precisam fazer ajustes impopulares, tendem a deixar a população insatisfeita com as medidas, fragilizando a avaliação de governo e o escudo popular.

c) Denúncias de corrupção. Denúncias de corrupção fragilizam governos e os eleitores tendem a ser mais receptivos a elas em situação de insatisfação com a economia.

d) Escândalo midiático. A imprensa tende a cobrir mais as denúncias de corrupção quando o presidente cai na avaliação popular, reforçando esse movimento.

Considerando o contexto brasileiro na época do processo de impeachment, com eleição apertada (2014), crise econômica, processos judiciais de corrupção envolvendo membros chaves do partido da presidente e escândalo midiático, esse artigo investiga se aqueles indivíduos que são ou se sentem mais afetados por esses diversos fatores apoiam mais o impeachment.

Abaixo, apresentamos nossas medidas e hipóteses que correspondem, no plano individual, ao modelo de Perez Liñan. Para isso, utilizamos os dados do survey Barômetro das Américas, realizado pela equipe do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) entre abril e maio de 2017¹, portanto sete meses depois de finalizado o processo de impeachment.

¹ O Lapop/Barômetro das Américas é uma iniciativa vinculada a Universidade de Vanderbilt. No Brasil, existem seis ondas aplicadas (2006,2008, 2010, 2012, 2014, 2017). Na pesquisa de 2017, que serviu de base ao nosso estudo, foram aplicados 1532 questionários, com uma margem de erro de 2,5%. Para maiores informações técnicas sobre o survey de 2017 consultar: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AmericasBarometer_2016-17_Sample_Design.pdf

a) Voto na oposição: Para aferir se os que votaram nos candidatos perdedores são mais propensos, após uma eleição acirrada como foi a de 2014, a retirar seu apoio ao escudo popular e, portanto, ser a favor do impeachment, utilizamos uma medida de voto na oposição (em Aécio, Marina Silva ou outros candidatos).

b) Satisfação com a economia: O ponto, no tempo, ideal para testar se a percepção negativa da economia teria afetado positivamente a retirada de apoio ao escudo popular ao presidente seria o da época do processo de impeachment. Mas, o campo do Barômetro das Américas foi realizado em abril de 2017, portanto sete meses após o afastamento da ex-presidente Dilma para investigação e defesa da presidente. Como a medida que adotamos é uma avaliação sociotrópica retrospectiva da economia, que, coincidentemente, considera a percepção do eleitor sobre os últimos doze meses de governo (ou seja, refere-se mais ao período do governo do Michel Temer do que ao da Dilma), invertemos a hipótese congruente com escudo popular. A percepção de melhora na economia reforça o sentimento de que o impeachment foi “justo”. Para essa medida será utilizada a pergunta do LAPOP: SOCT2. O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses? (1) Melhor (2) Igual (3) Pior.

c) Percepção da corrupção: No modelo de Liñan, como vimos acima, a existência de denúncias de corrupção é uma das variáveis explicativas. Para transpor isso para o nível individual utilizamos uma medida de “percepção sobre a extensão da corrupção”, com base na seguinte pergunta do LAPOP: "Pensando nos políticos do Brasil, quantos deles o(a) sr./sra. acha que estão envolvidos com corrupção [Ler alternativas], 1) Nenhum, 2) Menos da metade, 3) A metade dos políticos, 4) Mais da metade e 5) Todos. Recodificamos a variável para tricotômica agrupando 1-2 como 0 (baixa percepção da corrupção), 3 como 1 (média percepção) e 4-5 como 2 (alta percepção da corrupção)”.

d) Confiança nos meios de comunicação: Perez Liñan (2007) também inclui no seu modelo a existência de escândalos midiáticos como fator que debilita o escudo popular. Aplicando esse fator ao nível individual, a nossa expectativa é que o escândalo midiático em curso no período do processo de impeachment tenha afetado especialmente aqueles que mais confiam nos meios de comunicação. Para os que não confiam, tais escândalos, poderiam ser percebidos, por exemplo, como manipulação. Para essa medida, será utilizada a seguinte pergunta do LAPOP: Até que ponto o (a) senhor (a) tem confiança nos meios de comunicação? Utilizando a escala de 1 a 7, onde 1 significa “nada” e 7 significa “muito”.

Ainda que não faça parte do modelo de Perez Liñan, consideramos relevante incluir em nossa análise como uma medida de controle dos possíveis efeitos de todas

essas variáveis listadas acima o antipetismo. Os sentimentos negativos em relação aos partidos políticos, e especialmente em relação ao Partido dos Trabalhadores, têm sido apontados como tão importantes quanto à identificação com os partidos na explicação da decisão do voto (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016). Sentimentos negativos com o PT parecem ter se ampliado significativamente durante os anos de 2015 e 2016, pelo partido estar no centro dos escândalos de corrupção e ser, na época, apontado como o principal responsável pela crise econômica do país. Neste sentido, os potenciais efeitos das medidas atitudinais elencadas anteriormente, em última instância, podem se dever a uma orientação afetiva negativa em relação a esse partido e seus representantes. A medida de anti-petismo foi obtida com base na pergunta sobre grupos de referência, numa nota que o respondente emitia a respeito desses grupos. Nesse caso, verificamos a nota que ele dava aos petistas. A escala original ia de 0 a 10 (notas), e foi recodificada agrupando 1-6 como 0 (não anti-petista) e 7-10 como 1 (anti-petista).

Além desse controle substantivo, três outros, de natureza sócio demográfica, foram incluídos: sexo, idade e educação.

No quadro 1, apresentamos informações sobre as codificações das variáveis apresentadas na seção anterior. A primeira dessas variáveis foi inserida como medida dependente em modelos de regressão lineares e todas as demais são seus potenciais preditores. Utilizamos para a estimação a técnica dos Mínimos Quadrados Ordinários (Wooldridge, 2012), com os devidos diagnósticos de resíduos e colinearidade².

Quadro 1. Informações sobre variáveis.

<i>Variável</i>	<i>Mensuração</i>	<i>Valores</i>
Aprovação do impeachment	Ordenada com 7 pontos	Concordância com a frase: O impeachment da ex-presidente Dilma foi justo. 0=Discorda muito 7=Concorda muito
Voto	Não ordenada com 4 categorias	0=Dilma (Ref.) 1=Aécio 2=Marina 3=Outro
Avaliação da Economia (sociotrópica)	Ordenada com 3 pontos	0=piorou 1=está igual 2=melhorou
Percepção da corrupção	Ordenada com 3 pontos	0 = (baixa percepção da corrupção), 1 (média percepção) e 2 (alta percepção da corrupção).
Antipetismo	Binária	0 = Não anti-petista 1 = Anti-petista

² Os outputs com os diagnósticos, bem como a programação geral das análises, estão disponíveis no site (posso postar no site meu grupo)

Confiança nos meios de comunicação	Ordenada com 7 pontos	1=Nenhuma confiança 7=Muita confiança
Sexo	Binária	0=Masculino 1=Feminino
Idade	Contínua	Anos de vida
Educação	Contínua	Anos de escolaridade

2. Construção do modelo de análise

A pesquisa busca explicar porque alguns brasileiros concordam mais do que outros que o impeachment da Presidente Dilma Rousseff teria sido justo, transcorridos 8 meses desde o seu afastamento definitivo. Na escala de sete pontos, variando de “discorda muito” (1) a “concorda muito” (7), a distribuição ficou da maneira exposta no quadro abaixo (Tabela 1). Em uma classificação que agrupa as pontuações em três grupos, temos 37.39% de discordância, 10% de ambivalência e 52,60% de concordância. Os dados de 2017 do Latino Barômetro mostram uma redução da adesão ao impeachment em relação aos dados coletados pelo Datafolha, entre os dias 7 e 8 de abril de 2016. Segundo o Datafolha, na semana que antecedeu a votação da admissibilidade do impeachment, 38% dos brasileiros discordavam, enquanto 62% concordavam.

Tabela 1 – Taxa de aprovação do impeachment da Presidente Dilma em Abril de 2017

Escala de 7 pontos	%	Escala Tricotomizada	%
1 Discorda muito	20.54	Desaprova	37.39
2	8.36		
3	8.49		
4	10.00	Ambivalente	10.01
5	10.34	Aprova	52.60
6	10.47		
7 Concorda muito	31.80		

Fonte: Lapop, 2017.

Passemos agora a uma descrição das variáveis independentes.

a) Avaliação da economia

A teoria do voto econômico argumenta que se há satisfação com a economia os eleitores tendem a dar o voto de recompensa ao mandatário enquanto se houver insatisfação com a economia os eleitores tendem a punir o mandatário, votando na

oposição. (LEWIS-BECK & PALDAM, 2000; LEWIS-BECK & STEGMAIER, 2008) Tal teoria pode ser transposta do momento eleitoral para os mandatos apontando não para a intenção de voto, mas para o grau de apoio aos governos. (ZUCCO & CAMPELLO, 2015)

O conceito de “escudo popular do presidente”, desenvolvido por Peres-Liñan (2007), permite adaptar a noção de voto econômico para a análise de impeachment. De acordo com o autor, o escudo popular é formado pelo grupo disposto a respaldar o presidente mesmo em situação de escândalos de corrupção ou que o parlamento queira o impeachment. De acordo com o grau a satisfação da economia, tal escudo pode ser fortalecido ou enfraquecido. Caso a satisfação da economia decline, o governo se fragiliza junto à opinião pública, que fica mais sensível aos às denúncias de corrupção.

Análises de processos de impeachment anteriores demonstram que as insatisfações expressas em mobilizações populares estavam relacionadas com desempenho do governo na economia (Perez_Liñan). Weyland (1998) argumenta que os impeachments de Fernando Collor e de Carlos Andrés Perez resultaram não somente de seus isolamentos políticos, mas também de suas incapacidades de barrar a deterioração da economia. Como veremos no item a seguir, a má avaliação da atuação do governo na economia pode ainda abrir um flanco para mais cobertura de denúncias de corrupção na mídia. (WEYLAND, 1998).

Decorrido um ano do início do processo de impeachment da Presidente Dilma, esperamos que aqueles indivíduos que, em abril de 2017, tenham uma avaliação positiva da economia (já no mandato do Presidente Temer) manifestem apoio ao impeachment.

Tabela 2 – Avaliação sociotrópica da economia (%)

Situações	Sociotrópica
Piorou	73.60
Igual	17.00
Melhorou	9.39

Fonte: Lapop, 2017.

b) Percepção da corrupção

Vários estudos verificam o impacto de casos de corrupção no comportamento dos eleitores. (COSTAS-PÉREZ, SOLÉ-OLLÉ, SORRIBAS-NAVARRO, 2012; RELLY, J., 2012). De modo geral, eles atestam que há efeito no sentido esperado, ou seja, o

político anunciado como envolvido em corrupção tende a ter sua imagem fragilizada junto aos eleitores cidadãos, contudo, com força muitas vezes aquém do que se imagina.

Em 2006, estourou o caso do Mensalão, envolvendo o PT do então Presidente Lula, candidato à reeleição. Rennó e Hoepers (2010), ao estudarem a disputa presidencial de 2006, chamaram a atenção para o que nomearam de voto punitivo, típico de eleições majoritárias com dois turnos, que implicaria em o eleitor imputar uma penalidade, com o não voto ao candidato no primeiro turno, mas compensá-lo com o voto no segundo turno. Argumentam que a taxa de eleitores com tal atitude foi pequena em 2006, próximo de 4%, todavia, ela foi capaz de evitar a reeleição do então Presidente Lula no primeiro turno.

Em outro estudo, Rennó (2007) trabalha com o conceito de avaliação retrospectiva multidimensional que concebe o voto referenciado não apenas em avaliações do desempenho na economia do candidato à reeleição, mas também em outras áreas, como, por exemplo, a corrupção. Ao analisar o impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto do brasileiro na eleição presidencial de 2006, Rennó demonstrou que as percepções sobre a corrupção têm um peso maior na escolha entre candidatos do mesmo campo ideológico e peso menor na escolha entre candidatos de coalizões partidárias muito distantes neste espectro. Na escolha entre Lula e Alckmin, que ocupavam espaços opostos no espectro ideológico na disputa, fatores como percepções sobre a economia, avaliação do governo Lula e certo componente partidário foram mais importantes e serviram de escudos para proteger Lula das acusações de corrupção no cenário da reeleição.

De acordo com Filgueiras (2012), três fatores explicavam a percepção de aumento da corrupção como um dos principais problemas para a democracia já em 2009, eram eles: atenção da mídia para os esquemas de corrupção, que passam a ser tratados de uma perspectiva de escândalo; a visibilidade das instituições de accountability; e a ambivalência da cultura política em relação à corrupção – tolera-se um pouco de corrupção se ela trazer boas consequências para os mais pobres.

Para mensurar o impacto das denúncias de corrupção na adesão ao impeachment no ano posterior ao seu acontecimento utilizamos uma variável que mede a percepção sobre a extensão da corrupção. Nossa hipótese é a de que eleitores que percebem a corrupção como um fenômeno de alcance intermediário ou abrangente são os que mais manifestam apoio ao impeachment. Haveria menos incentivos para aqueles que acreditam não haver/haver poucos políticos corruptos.

Tabela 3 – Percepção da corrupção

Abrangência	%
Baixa	4,86
Intermediária	11,88
Ampla	83,43

Fonte: Lapop, 2017.

c) Confiança nos meios de comunicação.

Tão relevante quanto as denúncias de corrupção, é a visibilidade que a mídia confere à corrupção (Filgueiras, 2012; Perez Linán, 2007), no limite assumindo a forma de escândalo midiático (Thompson).

Como entender o aumento dos escândalos na região? Weyland (1998) afirma a partir de evidências qualitativas que o nível de corrupção efetivamente aumentou nos anos 90. Para Perez, ainda que a corrupção tenha aumentado esse fato não seria suficiente para explicar o crescimento dos escândalos de corrupção, pois, escândalos podem acontecer com ou sem denúncias de corrupção e vice-versa. Ele entende que a imprensa tem estado mais predisposta a mostrar as desonestidades dos políticos

Ao analisar a onda de impeachments na América Latina nas décadas de 80 e 90, Perez Linán (2007) buscou entender se o apoio público dos presidentes foi afetado pelos escândalos da mídia, pela adoção de políticas impopulares, por resultados ruins da macroeconomia, ou por todos esses fatores. O que ele observou foi que a perda de apoio advindo de resultados da economia antecedeu os escândalos que terminaram por reforçar a rejeição aos mandatários. Ou seja, a imprensa teria agido estrategicamente diante da baixa aprovação advinda da economia se encoraja para a publicação de escândalos.

Ainda que o noticiário tenha dado forte ênfase também às denúncias do PMDB após o impeachment da Presidente Dilma, as denúncias sobre o PT permaneceram na cobertura jornalística, reiterando a atitude pró-impeachment adotada pela grande imprensa. Diante disso, a nossa expectativa é que quanto maior a confiança na mídia, maior será a adesão ao impeachment.

Na distribuição das respostas à essa pergunta (tabela 5), se verifica que parcela majoritária da população deposita confiança nos meios de comunicação.

Tabela 4 – Confiança nos meios de comunicação (escala de 7 pontos)

Escala (crescente confiança)	Frequência
1	9.86
2	7.56
3	13.21
4	16.90
5	18.21
6	14.92
7	19.33

Fonte: Lapop, 2017.

d) Em quem votou

Outro aspecto mencionado por Pérez-Liñán (2007) ao considerar o escudo popular do presidente é a taxa de vantagem no resultado eleitoral que ele ou ela obteve em relação ao seu adversário. Quando a vantagem é pequena, o escudo popular tende a ser mais fraco, uma vez que a lealdade do eleitorado para com o presidente é menor. Ou seja, o argumento sugere que aquele eleitor que votou no adversário do presidente estaria menos disposto a servir de escudo popular no contexto de ameaça de impeachment.

Assim, vamos testar a hipótese de que quem votou em Aécio Neves, Marina Silva, ou outros candidatos no primeiro turno, apoia mais o impeachment.

Tabela 5 – Voto para presidente no primeiro turno da eleição de 2014.

Candidato	Frequência
Dilma	65.78
Aécio	17.74
Marina	6.84
Outro	9.63

Fonte: Lapop, 2017.

e) Antipetismo

Além dessas medidas incluímos o antipetismo como um importante controle atitudinal. Estudos recentes (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011; Ribeiro, Carreirão &

Borba, 2016; Zucco & Samuels, 2018) têm apontado que os sentimentos negativos são tão importantes quanto a identificação com os partidos na explicação da decisão do voto. Especificamente no caso brasileiro, enquanto a identificação com o PT foi um forte preditor nos candidatos do PT a Presidente (Dilma e Lula), já entre os candidatos Tucanos, mais importante do que o eleitor ter preferência pelo PSDB foi ele ter um sentimento negativo com o PT, na explicação do voto em Aécio Neves em 2014 (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2016). Tais sentimentos negativos com o PT parecem ter se ampliado significativamente durante os anos de 2015 e 2016, pelo partido estar no centro dos escândalos de corrupção e ser, na época, apontado como o principal responsável pela crise econômica do país.

Nesse sentido, para evitar conclusões espúrias sobre os efeitos dos preditores elencados acima, julgamos fundamental controlá-los por esse componente de orientação afetiva em relação ao partido da presidente afastada. Operacionalizamos essa medida usando uma variável do LAPOP que interrogou os entrevistados sobre a nota atribuída ao PT em uma escala de 10 pontos. Dicotomizamos essa medida para que notas de 1 a 6 representassem sentimentos positivos ou neutros em relação à legenda e as notas de 7 a 10 indicassem sentimentos negativos ou antipetismo. Os resultados descritivos, apontam que, em abril de 2016, parcela majoritária da população nutria sentimentos negativos para com os petistas (61%).

Tabela 6 – Antipetismo (dicotômica).

Candidato	Frequência
Antipetista	39,02
Não antipetista	60,97

Fonte: Lapop, 2017.

3) Resultados e discussão

Os resultados apresentados na Tabela 7 indicam que, dentre as nossas variáveis explicativas, a única que não apresentou o efeito esperados foi a percepção sobre a extensão da corrupção política. Foram os mais satisfeitos com a economia hoje, os antipetistas, os que votaram em Aécio (especialmente) e em Marina, e os que confiavam nos meios de comunicação, que retiraram apoio ao escudo popular da presidente.

Tabela 7 – Determinantes da Aprovação do impeachment

Variáveis	Modelo 1
------------------	-----------------

Percepção sobre a extensão da corrupção política		-0,020 (,016)
Avaliação da Economia (sociotrópica)		0,39*** (,120)
Voto	Dilma	Ref.
	Aécio	1,49*** (,219)
	Marina	1,11*** (,314)
	Outro	0,31 (,264)
Confiança nos meios de comunicação		0,20*** (,041)
Anti-petismo		0,24*** (,027)
Sexo		-0,06 (,155)
Idade		-0,01 (,005)
Educação		-0,01 (,022)
N=739		
R-quadrado		0,25

Nenhuma das variáveis de controle sociodemográfico atingiu significância estatística mínima, indicando, então que o impeachment tinha adesão semelhante nos diferentes estratos do eleitorado. Este resultado é interessante, pois recoloca em outros termos certas teses sobre o impeachment como o ponto de chegada de posições e interesses das classes sociais no Brasil (SINGER, 2018). Ora, sendo escolaridade uma importante proxy de renda, e também não havendo efeito de idade e sexo, esta tese fica passível de questionamento.

Considerações Finais

Fazendo um balanço sobre o modelo em seu conjunto, percebe-se, então que o impeachment parece ter encontrado adesão em praticamente todos os segmentos do eleitorado, sendo que a quebra do escudo popular da Presidenta esteve relacionada a atitudes que poderíamos denominar de “afetivo-avaliativas”, ou seja, aqueles na época insatisfeitos com a economia e que rejeitavam o governo Dilma (seja por serem antipetistas e/ou terem votados em candidatos da oposição).

Nesse sentido, acreditamos que os resultados do presente trabalho ajudam a problematizar duas interpretações sobre o processo em questão: de um lado, ter sido

um impeachment feito por e para determinadas classes sociais. Em termos da distribuição sócio-demográfica, não houve variações estatisticamente significativas nos segmentos sociais que apoiaram o impeachment. De outro lado, a interpretação bastante comum nos meios de comunicação de que os brasileiros teriam apoiado o impeachment por estarem “cansados da corrupção”. Aqui, também, percepção da abrangência da corrupção não se mostrou uma variável explicativa relevante.

Quanto às dimensões afetivo-avaliativas, acreditamos que elas estão fortemente relacionadas. Em artigo sobre os determinantes da avaliação da economia na disputa eleitoral de 2014, Veiga e Ross (2016) apontaram que as condições afetivas se sobrepuseram às condições cognitivas na avaliação da economia, confirmando a tese que os indivíduos tendem a tratar as mudanças na economia de forma enviesadas em decorrência de suas predisposições políticas. O mesmo pode ter acontecido na avaliação da economia em 2017. Assim como com a atitude de tirar o suporte do escudo popular de Dilma baseada na percepção da abrangência da corrupção. A percepção da abrangência da corrupção por si mesmo não foi significativa para diferenciar os eleitores que davam suporte ao escudo dos que não davam.. A motivação primeira pareceu ser afetiva (voto em 2014, pré-disposição partidária, avaliação da economia), ser a favor ou contra o impeachment não se refere à percepção da corrupção a priori. Assim, eleitores que votaram em Aécio, com predisposição contra o PT, talvez tenham usado o argumento da corrupção para desqualificar o adversário que eles já não suportavam, numa lógica de tomar a corrupção como a racionalização de uma atitude pautada pela afetividade nos moldes de Kahneman (2011), em exercícios entre a intuição e a razão.

A confiança na mídia também foi significativa apontando que os eleitores que mais apoiavam o impeachment eram aqueles que mais confiavam nos meios de comunicação, o que corrobora com a interpretação do efeito da cobertura da imprensa na adesão ao impeachment.

Referências

AMORIM, O. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais* [online]. Vol. 52, 2016.

AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Orgs.). *Corrupção e Sistema Político no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.

COSTAS-PÉREZ, E., SOLÉ-OLLÉ, A., and SORRIBAS-NAVARRO, P. "Corruption scandals, voter information, and accountability." *European Journal of Political Economy* 28, no. 4, 2012.

- KANEMAN, Daniel. Rápido e Devagar, duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LEWIS-BECK, M., AND PALDAM, M. Economic Voting. *Electoral Studies*, vol. 19. 2000.
- LEWIS-BECK, M., STEGMAIER, M. *Economic Models of Voting*. In The Oxford Handbook of Political Behavior. : Oxford University Press, 2007.
- LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o impeachment. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 103, 2015 (pp. 98-113). <http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/1605>
- PEREZ-LIÑAN, A. *Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- RELLY, J. E. Examining a model of vertical accountability: A cross-national study of the influence of information access on the control of corruption. *Government Information Quarterly*, 29(3), 2012.
- RENNÓ, L. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opin. Pública*, vol.13, nº2, p.260-282, 2007.
- RENNÓ, L.; & HOEPERS, B. Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. *Novos Estudos CEBRAP*, vol.86, 2010.
- RIBEIRO, E., CARREIRÃO, Y. AND BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opin. Pública*, vol. 22, Dez 2016.
- _____. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opin. Pública*, vol. 17, n. 2, Nov 2011.
- SINGER, A. *O Lulismo em crise*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- WEYLAND, K. G., The politics of corruption in Latin America. *Journal of Democracy* 9(2):108-121 April 1998 .
- ZUCCO, C. & SAMUELS, D. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge University Press, 2018.